

Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (ICARRD)

Tema:

DESCAPITALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR (QUE FUTURO PODEM ESPERAR OS JOVENS AGRICULTORES?).

Título:

Educação Profissional: Instrumento de promoção do Desenvolvimento Rural Desejado

Autores:

Prof. Dr. Eloy Alves Filho – UFV/ Minas Gerais – Brasil

Email: eafilho@ufv.br

Profa. Dra. Arlete Salcides – PROJECTO/ Rio Grande do Sul – Brasil

Email: arletesalcides@terra.com.br

RESUMO

Considerando que sucessivos Governos do Brasil têm proposto Programas de Reforma Agrária pautados na implementação de projetos de assentamentos destinados às atividades essencialmente agrícolas como forma de justificação do uso da terra, parece pertinente, diante da realidade social que caracteriza uma vida de privações no meio rural, criar e propor novos mecanismos para garantir tanto a reprodução da população nessas áreas como qualificar suas condições de vida.

É nesse espectro de debates que inscrevemos nossas reflexões acerca do papel da educação escolar como fator indispensável na formulação de políticas públicas que se destinem à diversificação de espaços de atuação de residentes em áreas rurais, particularmente preocupadas com a garantia de um futuro melhor aos jovens de hoje, membros das famílias que lutam por sua sobrevivência e manutenção no campo.

Educação Profissional: Instrumento de promoção do desenvolvimento rural desejado

O presente artigo apresenta idéias acerca de possíveis conexões entre o grau de participação de agricultores que residem em áreas rurais do Brasil na formulação de políticas públicas relativas ao campo da educação e os impactos dessas ações na melhoria da qualidade de vida desse contingente populacional, na perspectiva de contribuir com os esforços mundiais de revisão de diferentes experiências relativas à reforma agrária visando construir uma linha de ação capaz de promover a redução de pessoas pobres e famintas, concretizando uma das principais metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para os próximos dez anos.

No contexto de inúmeros desafios a serem superados para revitalizar as comunidades rurais, consideramos a pertinência de garantir um espaço para que se discuta e analise uma experiência de educação que parece exemplar, quando se objetiva localizar e socializar alternativas bem sucedidas nas suas finalidades de criar novas oportunidades, ampliar as possibilidades de inserção de jovens no mercado de trabalho e contribuir para minimizar os efeitos de uma reconhecida, histórica e progressiva descapitalização da agricultura familiar no Brasil.

Buscamos inscrever nossas reflexões junto aos atuais debates em torno das alternativas para a promoção do desenvolvimento rural desejado para o Brasil e para os demais países que trazem à pauta, mais uma vez, a diversidade de percepções de diferentes analistas sobre o que seja Desenvolvimento Rural.

É consenso que não há um único caminho para pensar o desenvolvimento rural. Daí a importância de esclarecer-se de qual estratégia de desenvolvimento rural está se falando quando se objetiva contribuir para alavancar um processo capaz de estimular mudanças de caráter ambiental/ melhoria de renda/ qualidade de vida e bem estar das populações que residem nas áreas rurais do país.

No caso deste estudo, ambicionou-se dialogar com investigadores que, a exemplo do que propõe Ellis, Van Der Ploeg e Boaventura Santos e seus colaboradores, objetivam contribuir na redução de riscos sociais e na superação de um estado de vulnerabilidade comum entre comunidades constituídas por agricultores dedicados, essencialmente, às atividades agrícolas, nos locais em que residem.

Uma tentativa de síntese da produção teórica, especialmente voltada a estabelecer uma tipologia das maiores ênfases dos estudos da Teoria Social, da década de 1990 até o início do deste novo século, possibilita verificar que o maior acúmulo da produção científica se organiza, pelo menos, em torno de cinco campos: no primeiro, estariam reunidas as investigações de

Friedland e Goodman, cujos estudos visam enfatizar a relevância da não estandardização e defendem a diversidade, heterogeneidade nos “estilos de agricultura” – expressão cunhada por Van Der Ploeg; no segundo campo, pode-se reunir a produção de estudiosos que enfatizam a noção de espaço e sua importância na análise de processos sociais locais, tal como Marsden e Frank Ellis; no terceiro campo, agrupa-se a produção de Van Der Ploeg e Norman Long, os quais orientam suas investigações a partir de três perguntas: O que determina a cartografia do social? Fatores exógenos? Ou existe essencialidade endógena que devemos nos dedicar?; no quarto e último campo, estaria situada a recente produção da italiana Saraceno, estudos que buscam interpretar os conjuntos de relações que se estabelecem entre atores e instituições, recusando a determinação inflexível da exterioridade; por fim, no quinto e último campo, estariam as recentemente denominadas “Teorias de Co-evolução sociedade-natureza”, ou seja, aquelas dedicadas à investigação de uma possível relação entre processos produtivos rurais e processos da natureza - nesse caso, a natureza não é tida como fator externo, e, sim, faz parte co-evolutivamente do processo de desenvolvimento rural.

Além dessas abordagens, em meados da década de 80, Norman Long inaugurou um debate a partir da problematização da noção de mercantilização, proposta pelo marxismo até então. Long tentou analisar ambientes rurais na perspectiva de perceber que determinados espaços/ nações e regiões, no curso do pretendido desenvolvimento agrário, nunca vai se restringir ao que é estritamente econômico, ou seja, abarca outros setores. Para Long o mundo rural vai nos mostrar que o processo de mercantilização é multi-facetado e que, assim, não há indivíduos que tenham as mesmas relações [não dá para, empiricamente, explicar por homogeneidade]. Há uma heterogeneidade estrutural. Busca explicar a partir dos atores/ da agência humana/ dos indivíduos/ da ação dos agentes sociais. Trazendo para o centro os indivíduos, rompe com a visão estrutural e econômica, e ressalta a importância de novos estudos empíricos sobre processos micro-sociais.

Seguidor de Long, Van Der Ploeg conduz seus estudos, através de um denso trabalho de campo, em busca de responder, especialmente, a três questões: Se a agricultura moderna é tão homogeneizadora? Se todos sofreram os mesmos processos, por que os impactos foram tão diversos? Porque reflete apenas presença mais acentuada de um ideário/ ou reflete escolhas dos produtores e de suas famílias?

Os achados dos estudos desses autores apontaram que os agricultores têm o que ele chamou de diferentes “estilos de agricultura”, ou seja, eles são capazes de lidar com diferentes cultivos e sistemas, e, assim, nada mais equivocado do que dizer que o desenvolvimento provoca homogeneização, mas, sim, o contrário. O trabalho de Long e seus colaboradores vêm a representar uma quebra completa com o marxismo estrutural.

No final da década de 1980, Frank Ellis oferece uma excelente síntese das Teorias que discutem as pequenas produções, organizando o debate em torno do tema rural tanto no campo neoclássico como no campo marxista. Ellis publica em 2000, talvez o que se possa chamar de “mais atual debate na Teoria Social”: uma tentativa de transformar intervenções em dadas comunidades rurais em políticas públicas, a qual foi denominada de Livelihood Platform, por se tratar de um esforço para conhecer o modo de vida de famílias de agricultores, ou melhor, como essas famílias criam estratégias de sobrevivência e produção no meio rural.

Baseado nesse ideário criou-se o Rural Planning In Development Countries com vistas a animar processos de participação e organização para produção de riqueza, finalidade idêntica prevista para as ações das Associações de Desenvolvimento Local, criadas, por exemplo, as ADL's, ou seja, Agências de Desenvolvimento Local – em Portugal, cuja meta é garantir e ampliar o grau de envolvimento e empoderamento das populações locais nas instâncias de decisão e formulação de políticas que os tenham como beneficiários.

Por seu lado, a produção teórica já acumulada pelos pesquisadores vinculados ao Projeto Reinventar a Emancipação, coordenado por Boaventura Santos (2002a, 2002b, 2003), pode contribuir, também, para ampliar as reflexões acerca de políticas e programas governamentais destinados a atender realidades sociais que padeçam de males comuns, ou seja, de sociedades não imunes ao fenômeno da diminuição do Estado e que se debatem em busca de soluções para problemas que o modelo do Estado - providência não deu conta de solucionar.

A proposta de Santos e de seus colaboradores tem por finalidade buscar alternativas que dêem conta, por um lado, de compensar o espaço deixado pelo Estado e, por outro, de legitimar formas de conhecimento - saberes inventados/ criados pela população que resultem da prática social, das experiências cotidianas, formas locais ou regionais de produzir, criadas para prover o sustento das famílias, bem como a diversificação de atividades e das fontes de renda, fenômeno caracterizado como pluriatividade.

Tal como propôs Ellis e seus colaboradores, o projeto coordenado por Boaventura Santos busca avaliar e garantir maiores graus de participação de representações de setores sociais e grupos sociais nas instâncias de decisão e definição de temas, setores ou atividades para formulação de políticas públicas.

Porém, há controvérsias e impasses na análise sociológica sobre essas experiências e modelos que ampliam o grau de participação social nas instâncias que definem os focos necessários para a formulação de Políticas Públicas que exigem ações financiadas pelo Estado. Enquanto alguns defendem a participação ativa de todos atores envolvidos nos processos decisórios, há aqueles que se opõem à transferência do protagonismo aos

indivíduos, alegando se tratar de uma estratégia que visa a redução da figura do estado em defesa da potencialização/ mercantilização da vida social.

É fundamental ressaltar que os estudos que viemos realizando nos últimos anos são condição para que nos posicionemos favoravelmente em relação a ações, projetos ou medidas que contribuam para o empoderamento dos beneficiários, especialmente nas instâncias em que se definem e estabelecem suas finalidades.

Apresentados alguns pressupostos que têm pautado nossas análises, trazemos à tona o tema da educação nas áreas rurais brasileiras, uma vez que apostamos na produtividade de uma revisão de ações, programas e políticas públicas cuja gênese se localiza no espaço e no tempo do segundo Império, mais especificamente, no texto do Plano de Educação de 1812, proposto no Governo de D. João VI, na identificação de continuidades e possíveis rupturas inspiradoras de alternativas transformadoras da realidade de vida daqueles que vivem “do” e “no” campo.

Séculos e décadas se passaram e uma síntese do conjunto de iniciativas formuladas e implementadas até finais da década de 1950, possibilita destacar que o ensino realizado nas áreas rurais era proposto com o intuito de contribuir, especialmente, para a fixação do homem no campo, aumentar a produtividade da mão-de-obra agrícola, através do ensino de destrezas e habilidades adequadas às novas técnicas de produção e trabalho. Um relatório conclusivo de avaliação do ensino nas áreas rurais demonstrou, entre outros aspectos, que os Programas foram implementados tão tardiamente que nem sempre corresponderam aos projetos políticos das respectivas épocas, bem como que discurso oficial buscava enfatizar os benefícios sociais, aos próprios trabalhadores rurais, da maior vinculação da educação com a produtividade de trabalho.

Contabilizam-se, até 1981, quarenta e nove Programas de Educação, sendo que vinte e cinco propostos pelo setor público e vinte e quatro pelo setor privado. Porém, os resultados desses esforços não foram nada animadores. O reconhecimento da problemática do êxodo que caracterizava o meio rural, levou o Governo a considerar como uma das prioridades no III Plano Nacional de Desenvolvimento – PND – 1980-1985 – o setor da agricultura. Para dar conta de atender as prioridades estabelecidas no Plano, tornou-se necessária a formação de recursos humanos que pudessem atuar como agentes de mudanças nas estruturas rurais. Para essa decisão, também contribuíram dados de uma avaliação do Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural, realizada no início da década de 1980, a qual apontava para a necessidade de melhorar as condições de ensino no meio rural, adaptar o currículo e materiais àquela realidade, promover serviços de supervisão pedagógica e ações de apoio ao educando, e, ainda, melhorar a rede física para reduzir o déficit de escolarização e oferecer extensão da escolaridade até a 4ª série.

A primeira metade da década de 1980 testemunhou as tentativas de revisão do já conhecido discurso oficial, qual seja: a educação deveria reduzir as desigualdades sociais e possibilitar a promoção do homem. Nesse período, foi implementado, também, o Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural.

Entretanto, apesar das inúmeras análises e críticas formuladas até o início da década de 1990, pode-se, com certo pesar afirmar que os êxitos e fracassos da escola rural não foram devidamente conhecidos e considerados nas políticas públicas implementadas. Pode-se, ainda, ressaltar que a educação desenvolvida pelo Estado no meio rural, até então, não foi aquela que aparece em razão das necessidades das populações rurais, mas, sim, tem se caracterizado como a que se destina a estas populações.

Nesses termos, propor-se a entender os fracassos dos programas educativos nas áreas rurais brasileiras é, em última análise, relacionar a prática educacional nos espaços/territórios rurais com a prática social determinada pela direção tomada pela sociedade mais ampla. Fazer a história das experiências educacionais no meio rural é inserir essas experiências em um processo onde essa história se constituiu com a história dos meios de produção.

A educação rural, apesar de numerosos programas e projetos, sempre representou uma fatia muito pequena ou marginal nas preocupações do setor público e os resultados obtidos revelam o insucesso de uma ação transformadora. Aqui vale a pena destacar um estudo de José de Sousa Martins, concluído em 1981, no qual se propôs analisar um aspecto diverso da problemática da educação brasileira: o teor das representações dos sujeitos (e não dos agentes) da escolarização. Foram entrevistados técnicos de casas de agricultura e agentes de estabelecimentos oficiais de crédito, porque se situavam estrategicamente na relação entre campo e cidade. As informações fornecidas pelos entrevistados adultos revelaram que o período entre oito e dez anos não foi, para a maior parte deles, apenas o da escolarização. Foi também o do início do trabalho produtivo. O depoimento de uma entrevistada denota um julgamento crítico em relação às crianças que não trabalham. O mesmo estudo destaca, ainda, que a escola não é incorporada nos termos supostos pelos agentes (educadores ou os que elaboram as políticas), mas, sim, nos termos próprios das classes sociais rurais.

A herança de anos de lacuna foi uma precariedade no funcionamento das escolas do campo, em relação aos elementos humanos disponíveis, à infra-estrutura, aos espaços físicos inadequados, à má distribuição geográfica, à falta de condições de trabalho, os salários defasados dos professores, a ausência de uma formação inicial e continuada, adequada ao exercício docente no campo, e a uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo.

Considera-se que o sistema de educação no meio rural, a formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentem como a escola deve funcionar e se

organizar; e a dotação financeira que possibilite a institucionalização e a manutenção de uma escola em todos os níveis com qualidade, são demandas que, ainda em dias atuais, figuram na agenda de preocupações de Governos, Ministérios e educadores, uma vez que sempre foram tratadas como políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, a qual estabelece, em seu artigo vinte e oito, medidas de adequação da escola à vida do campo, significou um passo importante para que a Câmara de Educação Básica aprovasse, em 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. A educação passa, a partir daí, a ser entendida, no âmbito governamental, como uma ação estratégica à emancipação e à cidadania e, conforme se supõe, poderá colaborar com a formação das crianças, dos jovens e adultos, para o desenvolvimento sustentável regional e nacional.

Nesse contexto, o Ministério da Educação, após receber os diferentes movimentos sociais preocupados com a educação do campo, institui, em 3 de junho de 2003, um Grupo Permanente de Trabalho com as atribuições de tanto articular ações do Ministério pertinentes à educação do campo, divulgar, debater e esclarecer as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino, como discutir e subsidiar a construção de uma política de Educação do Campo que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências de educação em desenvolvimento nas cinco regiões do país.

A rede de ensino da educação básica da área rural, de acordo com os dados levantados no Censo Escolar 2002, corresponde a 107.432 estabelecimentos, o que representa 50% das escolas do país, sendo que a metade dessas escolas tem apenas uma sala de aula e oferece, exclusivamente, o ensino fundamental de 1ª a 4ª série; 354.316 professores que atuam na educação básica do campo representam 15% dos profissionais em exercício no país, mas são, em sua grande maioria, os menos qualificados e os que recebem os menores salários; e, ainda, que o transporte escolar público estadual e municipal atua no sentido inverso a uma série de políticas governamentais que buscam fixar o trabalhador rural no campo, levando o filho desse trabalhador para os núcleos urbanos.

A decisão do Governo brasileiro em propor uma política nacional que apóie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais resulta de um processo de acúmulos e reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil que defendem, sob a égide do movimento de “educação do campo”, a criação de estratégias solidárias que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem “no” e “do” campo, cuja finalidade maior seja a de contribuir para que as comunidades rurais sejam legitimamente reconhecidas na sua capacidade, não só de promover o desenvolvimento sustentável no campo, mas, principalmente, somar esforços indispensáveis ao desenvolvimento social, político,

educacional, cultural e econômico do País.

Porém, é importante destacar que se aposta na formulação de políticas educativas que, diferente daquelas que se criaram na perspectiva de modernização do país, ou melhor, que se baseavam em modelos voltados tanto à formação de consciências como à capacitação técnica necessária à realização de atividades essencialmente agrícolas, contribuam, efetivamente, para ampliar as possibilidades de atuação da população que vive em áreas rurais.

Atualmente, inúmeros cientistas sociais e economistas apostam na pluriatividade como alternativa de vida e sustentabilidade no meio rural, ou melhor, defendem a idéia de que membros de famílias de agricultores se envolvam em atividades de outros setores, inclusive não-agrícolas, como forma de garantir uma renda extra fora do estabelecimento agrícola – geralmente porque as rendas agrícolas são muito baixas e insuficientes para a manutenção da família e/ou investimento na propriedade, mostrando as potencialidades que têm pensar a pluriatividade em áreas agrícolas ou rurais tal como se pensa para áreas não-agrícolas, fora do espectro da agroindústria familiar, por exemplo.

Nessa perspectiva, vale considerar a diversificação de modos de vida e de estratégias de ocupação que essas novas fontes de renda poderão possibilitar à população residente em áreas rurais, como, por exemplo, demonstrou Schneider (2004), já acontece no Sul do Brasil, e em outros países, como os europeus, de modo especial o caso de Portugal, experiências que, sem dúvidas, evidenciam a importância de se estimular atividades diversificadas no meio rural que contribuam para a redução de emigrações, particularmente de jovens.

Considerando que sucessivos Governos do Brasil têm proposto Programas de Reforma Agrária pautados na implementação de projetos de assentamentos destinados às atividades essencialmente agrícolas como forma de justificação do uso da terra, parece pertinente, diante da realidade social que caracteriza uma vida de privações no meio rural, criar e propor novos mecanismos para garantir tanto a reprodução da população nessas áreas como qualificar suas condições de vida. Nessa direção, a educação poderá contribuir e garantir condições concretas para que, efetivamente, a pluriatividade possa emergir como um mecanismo de ativação e diversificação da economia local.

É nesse espectro de debates que inscrevemos nossas reflexões acerca do papel da educação escolar como fator indispensável na formulação de políticas públicas que se destinem à diversificação de espaços de atuação de residentes em áreas rurais, particularmente preocupadas com a garantia de um futuro melhor às crianças e aos jovens de hoje, membros das famílias que lutam por sua sobrevivência e manutenção no campo.

Para além das históricas discussões acerca de um modelo de educação mais adequado às realidades rural e urbana, sobre as quais educadores e educadoras se debruçaram por décadas, emerge, na atualidade, um novo aspecto a ser considerado na agenda da educação

brasileira: a criação de um sistema educacional inclusivo da diversidade cultural, ambiental, social e econômica que caracteriza o país como um todo que se ofereça como alternativa na formação e na qualificação de crianças e jovens residentes tanto em áreas urbanas como em áreas rurais, ou melhor, na preparação de futuros trabalhadores para superarem os novos desafios que se colocam às sociedades.

Um estudo comparativo, coordenado por Martins (2003), sobre como os agricultores, residentes em assentamentos localizados em áreas rurais reformadas dos Estados de Pernambuco, Goiás, Pará, Paraná e São Paulo percebem suas atuais condições de vida, é representativo das expectativas que esse contingente da população têm em relação às suas reais condições para oferecerem e garantirem uma expectativa de vida diferente da que eles têm para seus filhos: um número significativo de participantes do estudo ressalta uma aposta na educação escolar como forma de ampliação das oportunidades de trabalho aos jovens, geralmente encontradas fora da área rural.

Recente pesquisa concluída por Salcides e Alves Filho (2005) também trouxe à tona o que a maioria de agricultores residentes em projetos de assentamentos nos Estados de Goiás e do Pará espera para a vida de seus filhos, a partir de seu ingresso e manutenção nas salas de aula de escolas, muitas vezes, situadas a longas distâncias de suas casas. São recorrentes as expectativas de que o capital cultural adquirido nessas escolas irá possibilitar aos jovens a condição necessária para conquistar um lugar no mercado de trabalho fora da área rural, a exemplo do que já vêm ocorrendo em algumas famílias.

Contrariando essa lógica, destaca-se a proposta educativa desenvolvida no âmbito do Instituto Josué de Castro, com sede na cidade de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul.

Trazemos a esse cenário, reflexões relativas a um estudo de caso realizado com a finalidade de investigar o processo de implementação, desempenho e resultados dos Cursos Normal, Técnico em Saúde Comunitária e Técnico em Administração de Cooperativas, de formação de nível médio, e Pedagogia da Terra, de formação de nível superior, financiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, em execução no Instituto de Educação Josué de Castro - IEJC, instituição essa mantida pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA-RS, no período de 2001 a 2004.

Ressalta-se que esse estudo é parte de uma pesquisa nacional que, entre outros, objetivou produzir recomendações de ajuste das estratégias de implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e, também, captar as inovações pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Programa convergentes às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo que pudessem subsidiar os estudos do Grupo Inter-Ministerial Permanente de Trabalho, instituído pela Portaria n. 1374 de 3 de junho de 2003 com

a responsabilidade de estabelecer as bases necessárias à formulação de uma política pública que se pautem pelo reconhecimento de que as comunidades rurais são capazes não só de promover o desenvolvimento sustentável no campo, mas, principalmente, somar esforços indispensáveis ao desenvolvimento social, político, educacional, cultural e econômico do País.

A pesquisa possibilitou afirmar que os Cursos financiados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, em execução no Instituto de Educação Josué de Castro, contribuem sobremaneira para o desenvolvimento rural sustentável e para o fortalecimento dos assentamentos rurais em âmbito nacional, uma vez que se constituem em alternativa concreta para ampliar o espectro de possibilidades de trabalho aos jovens estudantes. Considera-se que a maior contribuição do IEJC seja, principalmente, propor áreas de educação profissional pertinentes à realidade rural.

Foi possível verificar que a estrutura organizativa do ITERRA garante a viabilidade e a maior abrangência das propostas educacionais, especialmente porque conta com o incondicional apoio do Setor Nacional de Educação do MST e suas instâncias estaduais. Identificou-se, no entanto, que o grau de autonomia do IEJC é limitado, uma vez que as decisões sobre a oferta de cursos e número de vagas que oferece são decorrentes de demandas apresentadas por lideranças de assentamentos ou acampamentos, com base nas necessidades de cada realidade. Porém, o que fica claro é que essa demanda se constrói a partir de grupos sociais que mantenham vínculos com o MST, uma vez que é a partir da orientação do Movimento que se avalia a indicação dos/as potenciais candidatos às vagas disponíveis no IEJC. Supõe-se que essa prática se exerça em função das estreitas relações mantidas entre o Setor de Educação do Movimento e o ITERRA, mantenedora do Instituto de Educação Josué de Castro, sendo essa Instituição, inclusive, fruto do esforço do MST.

Ressalta-se o caráter multicultural que caracteriza os educandos/as dos cursos do IEJC, ou melhor, a oferta de vagas se destina a jovens oriundos de assentamentos e de acampamentos localizados em diferentes unidades federativas, evidenciando forte articulação territorial.

Identifica-se que, sem dúvida, a parceria entre o IEJC, mantido pelo ITERRA, e o INCRA se constitui numa alternativa indispensável ao atendimento de tão significativa demanda pela formação profissional de nível médio e superior, quando se consideram os custos estimados para manter esses cursos em funcionamento.

Destaca-se, ainda, a pouca idade dos/as estudantes que ingressam tanto nos cursos de educação profissional como nos curso de nível médio de formação de professores, ou seja, a maioria tem idades entre dezoito e vinte e cinco anos, o que surpreende positivamente, se se considerar as dificuldades de acesso de jovens residentes em espaços rurais às escolas que oferecem vagas para as séries finais do Ensino Fundamental, a maioria das vezes localizadas

nos espaços urbanos. Identificam-se aí, provavelmente, alguns dos resultados dos esforços do movimento dos trabalhadores sem terra na luta pela democratização da educação.

Verifica-se que, de certa forma, a abrangência da diversa população dos cursos contribui favoravelmente para a consecução de resultados sociais positivos. Isso sem mencionar o grau de satisfação identificado entre os educandos, uma vez que foi consenso o reconhecimento do quanto poderão beneficiar, não só as suas comunidades de origem com os conhecimentos adquiridos nesse tempo de formação, mas, também, fortalecer o Movimento como um todo.

Referências Bibliográficas

. ALVES FILHO, Eloy e SALCIDES, Arlete. (2003). Rupturas e Continuidades no Processo de Reforma Agrária no Brasil: uma análise de ações do poder público – 1985 – 2002. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, EMBRAPA, Juiz de Fora, 27 a 30/04/2003, CD-ROM.

. ANDRADE, Márcia *et al.* (2004). A educação na Reforma Agrária em perspectiva: uma avaliação do PRONERA. São Paulo: Ação Educativa – Brasília: PRONERA.

. HESPANHA, Pedro e CARAPINHEIRO, Graça (Orgs.). (2002). Risco social e incerteza. Pode o Estado social recuar mais? Porto: Afrontamento.

. MARTINS, José de Souza. (2003). (Coord.). Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos. UFRGS Editora: Porto Alegre.

. SALCIDES, Arlete e ALVES FILHO, Eloy. (2005). Histórias de Trabalhadores Rurais se cruzando no passado e no presente: Alfabetização de Adultos – Uma análise das práticas de “colonizadores” e “colonizados”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasil.

. SANTOS, B. S. (Org.) (2002a). Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

. _____ (Org.). (2002b). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

. _____ (Org.). (2003). Reconhecer Para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

. SCHNEIDER, Sergio, SILVA, Marcelo e MARQUES, Paulo Eduardo. (Orgs.) (2004). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. UFRGS Editora: Porto Alegre.

. SCHNEIDER, Sergio. (1999). Agricultura familiar e industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. UFRGS Editora: Porto Alegre.